



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ICARA – SC


Edital de convocação de eleição dos membros do conselho tutelar de Içara/SC

 <http://www.icara.sc.gov.br>

CADERNO DE PROVA

 14h às 17h

 3h de duração*

 50 questões

Conselheiro Tutelar

Nome do candidato(a): _____

Assinatura: _____

Número do Documento de identificação: _____

Atenção

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este caderno de prova;
- um cartão-resposta que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas;
- a sequência de questões está correta;
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Informações importantes

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas deverá ser assinalada.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova, com exceção da última página (que não contém questões).

Ao terminar a prova, **entregue ao fiscal o caderno de prova e o cartão-resposta** devidamente preenchido e assinado.

Conhecimentos Gerais

(25 questões)

Leia o texto abaixo para responder às 5 (cinco) primeiras questões desta parte da prova.

Boff: redução da maioria penal seria uma espécie de “vingança da sociedade”

O teólogo, filósofo e escritor Leonardo Boff defendeu hoje (28) a manutenção da maioria penal ao participar do programa *Espaço Público* da *TV Brasil*. Ele disse ser a favor da reeducação dos jovens quando cometem crimes. Boff acha que a prisão é a pior escola que existe. Por isso, segundo o teólogo, a redução da maioria penal para 16 anos, como previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, em tramitação na Câmara dos Deputados, "seria uma espécie de vingança que a sociedade faz contra os jovens".

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 111 mil adolescentes estão sob medida socioeducativa. Desses, 88 mil cumprem prestações de serviços e 23 mil estão internados cumprindo penas com privação de liberdade. Do universo de adolescentes em privação de liberdade, 63% cumprem pena por furto, roubo ou tráfico de drogas e 0,01% praticou atos contra a vida.

Boff é um dos iniciadores da chamada Teologia da Libertação – que trabalha pelo direito dos pobres, o direito à vida e à liberdade – ganhou vários prêmios na luta em favor dos marginalizados. Foi ordenado sacerdote da Igreja Católica, mas deixou a igreja pelas posições consideradas polêmicas levantadas pela Teologia da Libertação. Atualmente, ele assessora comunidades de base e ministra cursos em universidades brasileiras e estrangeiras.

"Hoje quase todas as religiões estão doentes, doentes de fundamentalismo e aí, o atraso. Porque as pessoas ficam rígidas, excluem, não dialogam", disse. "A função

principal da religião é dar aquela aura que o ser humano precisa para dar um sentido mais profundo da vida", destacou ao analisar a situação atual das religiões no mundo.

O teólogo elogiou a atuação do papa Francisco por representar um projeto de uma igreja sem pompas e aberta ao diálogo com a sociedade. "Esse papa eu logo o saudei como um papa da salvação, porque a Igreja estava absolutamente desmoralizada pelos escândalos financeiros, pelos pedófilos. Nenhum cardeal europeu queria ser candidato porque enfrentavam uma crise terrível e tiveram que buscar alguém de fora. Então, eu acho que o nome dele Francisco é mais que um nome, é o símbolo de um projeto. Projeto de uma Igreja simples, aberta a todo mundo".


Para Boff, há uma diferença desse papa em relação aos antecessores. De acordo com ele, Francisco está aberto a discutir questões como a relação homoafetiva, pois "abriu brechas que permitem à Igreja ser mais flexível".

O teólogo defendeu, durante o programa, o PT como um partido voltado à políticas sociais e criticou a atuação do juiz Sérgio Moro, na Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras. "Acho que ele não está fazendo justiça. Ele está só vazando coisas do PT e não dos demais partidos", disse. "A Justiça brasileira não é uma Justiça justa. É uma Justiça partidista", acrescentou.

TOKARNIA, Mariana. **Boff: redução da maioria penal seria uma espécie de “vingança da sociedade”**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/04/boff-reducao-da-maioridade-penal-seria-uma-especie-de-vinganca-da-sociedade>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

- 1- Não é possível afirmar que Leonardo Boff
- A. acredita que a reeducação é um caminho para a redução da criminalidade.
 - B. acredita no potencial da prisão como instrumento em prol da recuperação de jovens infratores.
 - C. discorda da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93.
 - D. apresenta um comentário positivo em relação ao Partido dos Trabalhadores.
 - E. é favorável à flexibilidade da Igreja.
- 2- Segundo Boff, qual é o ponto principal em que o Papa Francisco se difere dos anteriores?
- A. O Papa Francisco é dogmático.
 - B. O Papa Francisco é intransigente.
 - C. O Papa Francisco está disposto a refletir sobre os posicionamentos de sua própria Igreja.
 - D. O Papa Francisco é adepto de uma Igreja voltada à ostentação.
 - E. O Papa Francisco propõe uma Igreja voltada para as causas sociais e mais voltada ainda para as celebrações religiosas dentro dos edifícios institucionais.
- 3- De acordo com as informações contidas no texto, é possível inferir que a Teologia da Libertação
- A. está voltada para o resgate das práticas mais tradicionais da Igreja.
 - B. é favorável à redução da maioridade penal.
 - C. defende uma teologia preocupada em fazer justiça social.
 - D. repudia as políticas sociais implantadas pelo Partido dos Trabalhadores.
 - E. apoia o Papa Francisco, porque ele é favorável à homofobia.
- 4- A partir dos dados apresentados no segundo parágrafo do texto, é possível inferir que
- A. a privação de liberdade para jovens menores de dezoito anos de idade é uma pena que nunca existiu no Brasil e que, portanto, será inaugurada com a aprovação da PEC 171/93.
 - B. a maior parte dos jovens menores de dezoito anos de idade praticou latrocínio.
 - C. a maior parte dos assassinatos no Brasil é praticada por jovens menores de dezoito anos de idade, porque estes sabem que não serão punidos com privação de liberdade por conta dos crimes praticados.
 - D. os jovens menores de dezoito anos de idade que praticaram atos contra a vida correspondem a um por cento do total de jovens que se encontram em regime de privação de liberdade.
 - E. , mesmo com a maioridade penal sendo atingida aos dezoito anos de idade, a maior parte dos jovens infratores cumpre com algum tipo de compromisso, seja ele na forma de prestação de serviços ou privação de liberdade, como uma forma de conscientizar estes jovens sobre a infração ou crime praticado.
- 5- Por que Boff afirma que a justiça brasileira é uma justiça partidista?
- A. Por defender que, por conta das políticas sociais criadas, o PT não deve ser responsabilizado pelos crimes em que estiver envolvido.
 - B. Porque, mesmo que haja outros partidos envolvidos em esquemas de corrupção, como no caso da Petrobrás, apenas os réus pertencentes ao PT são evidenciados.
 - C. Porque a justiça não protege nenhum partido, mesmo que este seja o partido da situação.
 - D. Porque, com exceção do PT, todos os demais partidos estão interessados em fazer justiça social.
 - E. Porque somente o Partido dos Trabalhadores tem representantes envolvidos no esquema de corrupção na Petrobrás.

- 6- Assinale a única alternativa em cuja frase há uma palavra grafada incorretamente.
- A. Adoramos viagens. Na semana que vem, viajaremos para o Rio Grande do Sul.
 - B. O mediador intermedia conflitos familiares.
 - C. O rapaz tomou o micro-ônibus em direção ao centro da cidade.
 - D. O empresário costuma presentear sua esposa com lindas joias.
 - E. Nossas crianças não leem tanto quanto deveriam.
- 7- Assinale a única alternativa que não possui palavra cuja grafia foi alterada em função do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
- A. A feiura daquele rapaz me impressiona.
 - B. Embora houvesse dois juízes presentes no fórum, o juiz a quem compete o julgamento do caso não estava presente.
 - C. Esperou um mês, dois meses e se mudou para outro estado sem medir as consequências do que havia dito em assembleia.
 - D. Eu defendo minhas ideias sem querer impô-las aos outros.
 - E. A companhia de teatro está precisando de um contrarregra.
- 8- “Alguém viu Joana hoje?” Assinale a alternativa cuja regra apresentada justifica o motivo pelo qual a palavra “alguém” foi acentuada.
- A. Todas as proparoxítonas são acentuadas.
 - B. São acentuadas as monossílabas tônicas terminadas em “a”, “as”, “e”, “es”, “o”, “os”, “em” e “ens”.
 - C. São acentuadas as monossílabas átonas terminadas em “a”, “as”, “e”, “es”, “o”, “os”, “em” e “ens”.
 - D. São acentuadas as oxítonas terminadas em “a”, “as”, “e”, “es”, “o”, “os”, “em” e “ens”.
 - E. São acentuados os ditongos abertos quando presentes na sílaba tônica de uma palavra oxítona.
- 9- Assinale a alternativa em que o termo em destaque na primeira oração não foi corretamente substituído por um pronome oblíquo equivalente na segunda.
- A. Iremos fazer um relatório para entregar ao diretor. Iremos fazê-lo para entregar ao diretor.
 - B. Dr. Joaquim comprou um presente para a secretária. Dr. Joaquim a comprou um presente.
 - C. Aquele garotinho não é obediente aos pais. Aquele garotinho não lhes é obediente.
 - D. Eu vi Carla na fila do supermercado. Eu a vi na fila do supermercado.
 - E. Fiz o bolo para a festa. Fi-lo para a festa.
- 10- Assinale a única alternativa em que o termo em destaque deveria receber o acento grave para sinalizar a ocorrência de crase.
- A. Os bombeiros assistiram a acidentada com muito zelo e profissionalismo.
 - B. No sábado passado, nós assistimos a um filme espanhol de cujo nome não me lembro.
 - C. Devo muito do que sei aquele senhor.
 - D. O pobre menino vai a pé para a escola todos os dias.
 - E. Encontrar-nos-emos em frente ao Conselho Tutelar daqui a uma hora.
- 11- Assinale a alternativa cuja palavra foi formada por derivação parassintética.
- A. Felizmente
 - B. Infeliz
 - C. Reler
 - D. Alfabetização
 - E. Desalmado
- 12- Assinale a alternativa em cuja oração o “porquê” ou variação foi empregado corretamente.

- A. Você não o denunciou ao conselho tutelar, por que?
- B. Eu ainda não apresentei a denúncia, porquê não tenho certeza de que ele é culpado.
- C. Ela sempre me aparece com uns por quês.
- D. Eu não entendo por que tantas pessoas desconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E. Eu não entendo o por quê de tanta comoção popular.
- 13- Assinale o período que conta com a presença de uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- A. Os políticos que são corruptos devem ir para a cadeia.
- B. Os políticos, que são corruptos, devem ir para a cadeia.
- C. Os adolescentes tornam-se criminosos, pois se espelham nos adultos.
- D. A mercadoria foi apreendida, porque não tinha nota fiscal.
- E. Aquela é a prestativa senhora a quem devemos agradecimento.
- 14- “A justiça não foi feita _____”. Qual das orações abaixo completa este período atribuindo ideia de concessão?
- A. , mas o réu foi condenado.
- B. , porém o réu foi condenado.
- C. , uma vez que o réu não foi condenado.
- D. , por conseguinte, o réu não foi condenado.
- E. ainda que o réu tenha sido condenado.
- 15- Assinale a alternativa em cuja oração ou período a pontuação não foi empregada corretamente.
- A. Precisamos avaliar três situações: 1ª) o pagamento das dívidas, as quais se acumularam no último semestre; 2ª) a contratação de novos funcionários, sem os quais não poderemos aumentar a produção; 3ª) as despesas com logística, que ainda estão muito altas em comparação com outras despesas da empresa.
- B. Prezado Sr. Mourão, gostaria de saber se o senhor participará da reunião de hoje à noite.
- C. O Sr. Mourão e seus sócios, não participarão da reunião de hoje à noite.
- D. Eu só digo uma coisa: se não mudarmos nossa forma de trabalhar, nossa empresa irá para o buraco.
- E. Caso não venha para a festa, João – que é sempre muito organizado – comprometeu-se em nos avisar com antecedência.
- 16- Qual a função do botão  no Microsoft Word 2010, versão em português?
- A. Aumentar o tamanho da fonte.
- B. Diminuir o tamanho da fonte.
- C. Criar letras pequenas abaixo da linha base do texto.
- D. Alterar todo o texto selecionado para maiúsculas, minúsculas, ou outros usos comuns de maiúsculas, minúsculas.
- E. Colocar o texto selecionado em ordem alfabética ou classificar dados numéricos.
- 17- Qual programa abaixo não é considerado um sistema operacional?
- A. Windows
- B. Linux
- C. Solaris
- D. Power Point
- E. Mac os
- 18- Qual alternativa abaixo apresenta um item que não é considerado como um periférico de entrada?
- A. Teclado
- B. Mouse
- C. Webcam
- D. Scanner
- E. Caixas de som
- 19- Ao aplicarmos a seguinte fórmula = (A1 + A2 + A3) / 3, em uma planilha do Microsoft Excel 2010 versão em português, e informar

respectivamente os valores (2, 6, 4) para as células (A1, A2, A3), qual será o resultado final?

- A. 3
- B. 4
- C. 5
- D. 8
- E. 9

20- Qual função abaixo no Microsoft Excel 2010 versão em português tem a função de calcular o número de células não vazias em um intervalo que corresponde a uma determinada condição?

- A. CONT.SE
- B. DESLOC
- C. MÉDIA
- D. SOMA
- E. CONT.NÚM

21- Em um arquivo do Microsoft Word 2010, versão em português, onde se tem várias linhas digitadas, o que acontece se pressionarmos de forma simultânea as seguintes teclas: 'Ctrl', 'Shift' e 'End'?

- A. Os caracteres serão selecionados a partir da posição do cursor até o final da linha onde o cursor se encontra.
- B. Todos os caracteres ficarão em negrito.
- C. A fonte dos caracteres será aumentada.
- D. Os caracteres serão selecionados a partir da posição do cursor até o final do arquivo.
- E. Todo o arquivo será apagado.






22- O que é *Cloud Computing* (computação nas nuvens)?

- A. É uma tecnologia que permite acesso remoto a programas, arquivos e serviços por meio da internet.
- B. É uma tecnologia que permite acesso remoto a programas, arquivos e serviços por meio do cabeamento conhecido como par trançado.
- C. É uma tecnologia que permite acesso remoto a programas, arquivos e serviços por meio da Utilização de Pendrive.

D. É uma tecnologia que permite acesso remoto a programas, arquivos e serviços por meio da Utilização de um CD

E. É uma tecnologia que permite acesso remoto a programas, arquivos e serviços por meio da Utilização de um DVD

23- No Microsoft Word 2010, versão em português, para mostrar marcas de parágrafo e outros símbolos de formatação ocultos, qual botão abaixo seria o correto utilizar?

- A. 
- B. 
- C. 
- D. 
- E. 

24- Quando falamos em unidade de medida, 1 (um) kbyte equivale a quantos Bytes?

- A. 1.024
- B. 1.000
- C. 1.048
- D. 1.064
- E. 1.049

25- Para calcular a média da idade dos funcionários na planilha abaixo, qual fórmula devemos utilizar?

	A	B	C
1	Funcionários	Idade	
2	Marcelo	18	
3	Thiago	20	
4	Marcelo	22	
5	Carlos	15	
6	Bruna	18	
7			

- A. = MÉDIA(B2:B6)
- B. = MÉDIA(A1:A6)
- C. = MÉDIA(A1:B6)
- D. = MÉDIA(b2:A6)
- E. = MÉDIA(c1:c6)

Conhecimentos Específicos

(20 questões)

- 26- Com base no 3º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa correta:
- A. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 - B. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com prejuízo da proteção parcial de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes dificultar o desenvolvimento físico, mental e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 - C. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 - D. Apenas as crianças gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 - E. Apenas os adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- 27- Acerca dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.
- A. A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
 - B. Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
 - C. O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, exceto aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
 - D. É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.
 - E. A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- 28- Com base no 4º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta:
- A. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao

esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

- B. A garantia de prioridade, mencionada no artigo em questão, compreende dentre outras, a primazia de receber proteção e socorro em algumas circunstâncias.
- C. A garantia de prioridade, mencionada no artigo em questão, compreende dentre outras, a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- D. A garantia de prioridade, mencionada no artigo em questão, compreende dentre outras, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- E. A garantia de prioridade, mencionada no artigo em questão, compreende dentre outras, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

29- Acerca do direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade da criança e do adolescente, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.

- A. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- B. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
- C. O direito à liberdade compreende, dentre outros, participar da vida política, na forma da lei.
- D. O direito ao respeito consiste exclusivamente na inviolabilidade da integridade física e psíquica da criança e do adolescente, abrangendo a

preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

- E. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

30- Com base no enunciado do 10º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - “Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a” - assinale a alternativa correta:

- A. Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe, exceto nos casos de superlotação e de indisponibilidade de alojamentos.
- B. Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de oito anos.
- C. Identificar o recém-nascido mediante o registro da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade judiciária competente.
- D. Fornecer declaração de nascimento onde constem, não necessariamente, as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- E. Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.

31- Com base no 28º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta:

- A. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.
- B. Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- C. Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório a que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia.
- D. Tratando-se de maior de 11 (onze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- E. Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

32- Acerca da família natural, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.

- A. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.
- B. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento,

mediante escritura ou outro documento público, existindo distinção apenas quanto a origem da filiação.

- C. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- D. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.
- E. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

33- Com base no Título II, Capítulo III, Seção III, Subseção IV - DA ADOÇÃO, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta:

- A. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- B. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- C. Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado antes da constância do período de convivência e que seja comprovada a inexistência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.
- D. O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- E. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no

registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

34- Com base do Título II, Capítulo III, Seção III, Subseção IV - DA ADOÇÃO, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, acerca da adoção internacional, assinale a alternativa correta.

- A. A adoção internacional somente será deferida se, após consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantido pela Justiça da Infância e da Juventude na comarca, bem como aos cadastros estadual e nacional referidos no § 5º do artigo 50 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, não for encontrado interessado com residência provisória no Brasil.
- B. Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no Artigo 2º da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.
- C. A adoção internacional pressupõe a intervenção das Autoridades Centrais, Municipais, Estaduais e Federais em matéria de adoção internacional.
- D. A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado que em se tratando de adoção de criança, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 do ECA.
- E. Verificada, após estudo realizado pelas Autoridades Centrais, Municipais, Estaduais e Federais, a compatibilidade da legislação estrangeira com a

nacional, além do preenchimento por parte dos postulantes à medida dos requisitos objetivos e subjetivos necessários ao seu deferimento, tanto à luz do que dispõe esta Lei como da legislação do país de acolhida, será expedido laudo de habilitação à adoção internacional, que terá validade por, no máximo, 1 (um) ano.

35- Com base no Título III, Capítulo II, Seção II - DOS PRODUTOS E SERVIÇOS, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.

- A. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico, de intensidade mediana a grave, em caso de utilização indevida.
- B. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.
- C. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- D. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de armas, munições, explosivos e bebidas alcoólicas.
- E. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de bilhetes lotéricos e equivalentes.

36- Com base no Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS - do Título I da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa correta.

- A. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações somente governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- B. São linhas de ação da política de atendimento as políticas sociais básicas e as políticas e programas de assistência moral, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.
 - C. São linhas de ação da política de atendimento as políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes.
 - D. São linhas de ação da política de atendimento as campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente não racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.
 - E. São linhas de ação da política de atendimento a municipalização do atendimento.
- 37- Com base no 88º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.
- A. São diretrizes da política de atendimento a criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
 - B. São diretrizes da política de atendimento a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
 - C. São diretrizes da política de atendimento a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.
 - D. São diretrizes da política de atendimento a mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
 - E. São diretrizes da política de atendimento a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em locais distintos, para efeito de agilização e de descentralização do atendimento inicial à criança a quem se atribua autoria de ato infracional.
- 38- Com base no 165º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.
- A. Constitui requisito para a concessão de pedidos de colocação em família substituta a declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança somente.
 - B. Constitui requisito para a concessão de pedidos de colocação em família substituta a indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão.
 - C. Constitui requisito para a concessão de pedidos de colocação em família substituta a qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste.
 - D. Constitui requisito para a concessão de pedidos de colocação em família substituta a qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos.
 - E. Constitui requisito para a concessão de pedidos de colocação em família substituta a indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo.

- 39- Com base nos artigos 98 e 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.
- A. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, podendo a autoridade competente determinar orientação, apoio e acompanhamento temporários.
 - B. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, podendo a autoridade competente determinar a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
 - C. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados em razão de sua conduta, podendo a autoridade competente determinar o acolhimento institucional.
 - D. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, podendo a autoridade competente determinar a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino superior.
 - E. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados em razão de sua conduta, podendo a autoridade competente determinar a inclusão em programa de acolhimento familiar.
- 40- Com base no 101º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa correta.
- A. O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família definitiva, não implicando privação de liberdade.
 - B. Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 do ECA, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o inexercício do contraditório e da ampla defesa.
 - C. Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros, os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar.
 - D. Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família definitiva, observadas as regras e princípios do ECA.

E. O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será excluída dos programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, todavia, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.

41- Acerca das medidas socioeducativas previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a opção incorreta.

- A. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar à criança, advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, dentre outras medidas socioeducativas.
- B. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima e em caso de existir manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.
- C. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- D. Na prestação de serviços comunitários, as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.
- E. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais

adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, sendo que, a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

42- Acerca dos direitos do adolescente privado de liberdade, com base no 124º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.

- A. Compreende um direito de o adolescente privado de liberdade receber visitas, ao menos, semanalmente.
- B. Compreende um direito de o adolescente privado de liberdade ter acesso aos meios de comunicação social.
- C. Compreende um direito de o adolescente privado de liberdade peticionar diretamente a qualquer autoridade.
- D. Compreende um direito de o adolescente privado de liberdade habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade.
- E. Compreende um direito de o adolescente privado de liberdade permanecer incomunicável, se assim o desejar.

43- Acerca da internação, medida privativa de liberdade, prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa correta.

- A. A medida comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- B. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos e atingido esse tempo, o adolescente deverá ser liberado, sendo colocado em regime de liberdade ou de liberdade assistida.

- C. Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, exceto, quando se tratar de liberação compulsória aos vinte e um anos de idade.
- D. A medida de internação só poderá ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou por reiteração no cometimento de outras infrações graves, ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- E. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, sendo que durante o período de internação, inclusive provisória, serão facultadas atividades pedagógicas.
- 44- Acerca das medidas socioeducativas aplicáveis aos pais ou responsável, com base no 129º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.
- A. É aplicável aos pais ou responsável a suspensão ou destituição do poder familiar.
- B. É aplicável aos pais ou responsável o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- C. É aplicável aos pais ou responsável a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- D. É aplicável aos pais ou responsável a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.
- E. É aplicável aos pais ou responsável a faculdade de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.
- 45- Com base no 136º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, acerca das atribuições do Conselho Tutelar, assinale a alternativa incorreta.
- A. Constitui atribuição do Conselho Tutelar encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- B. Constitui atribuição do Conselho Tutelar requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- C. Constitui atribuição do Conselho Tutelar assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- D. Constitui atribuição do Conselho Tutelar representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família substituta.
- E. Constitui atribuição do Conselho Tutelar representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.
- 46- Acerca do processo de escolha dos conselheiros do Conselho Tutelar, com base no 139º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa correta.
- A. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- B. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no segundo

domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

- C. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, salvo brindes de pequeno valor.
- D. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- E. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e do Idoso, e a fiscalização do Ministério Público.

47- Acerca do Conselho Tutelar, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.

- A. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- B. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- C. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidas a reconhecida idoneidade moral, a idade superior a vinte e um anos e a residência no município.
- D. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros.
- E. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público-

privado relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

48- Acerca da perda e da suspensão do poder familiar, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa correta.

- A. O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou por qualquer pessoa que tenha interesse em promovê-lo.
- B. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.
- C. A autoridade judiciária, de ofício somente, requisitará, sendo necessário, de qualquer repartição ou órgão público a apresentação de documento que interesse à causa.
- D. Sendo contestado o pedido, a autoridade judiciária dará vista dos autos ao Ministério Público, por 150 (cento e cinquenta) dias, salvo quando este for o requerente, decidindo em igual prazo.
- E. A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, deverá dispensar a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar.

49- Acerca da apuração de irregularidades em entidades de atendimento, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa correta.

- A. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade fiduciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho

Tutelar, onde conste, não necessariamente, resumo dos fatos.

- B. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
- C. Em se tratando apenas de afastamento definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, marcando prazo para a substituição.
- D. Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária não poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas e se insatisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento de mérito.
- E. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de trinta dias, oferecer resposta escrita, não podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

representação visual, mesmo que com a finalidade de comunicar às autoridades competentes.

- D. Constitui crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- E. Constitui crime subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.

50- Acerca dos crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa incorreta.

- A. Todos os crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente são de ação pública incondicionada.
- B. Constitui crime privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- C. Comete crime o agente público, no exercício de suas funções, que possuir ou armazenar material que simula a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de



CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE

Entidade Mantenedora: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

Utilidade Pública: Municipal Lei nº 543/77 – Estadual Lei nº 5.534 de 31-05-79 – Federal Proc. M.J. nº 74.99/77

Dec. nº. 89.685/84 – Reg. CNAS nº 23002-352/86-00 – CNPJ: 82.975.236/0001-08

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CCEAS 045/2003

É permitido destacar essa folha do caderno de prova.

Esta folha contém espaço reservado para a anotação de suas respostas e pode ser levada para conferência.

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ICARA – SC

Edital nº 001/2015 de convocação de eleição dos membros do conselho tutelar de Içara/SC

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50



CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE

Entidade Mantenedora: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

Utilidade Pública: Municipal Lei nº 543/77 – Estadual Lei nº 5.534 de 31-05-79 – Federal Proc. M.J. nº 74.99/77

Dec. nº. 89.685/84 – Reg. CNAS nº 23002-352/86-00 – CNPJ: 82.975.236/0001-08

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CCEAS 045/2003